

Alencar critica governo ao assinar renegociação

Governador lamenta não-inclusão de aval da União para obter empréstimos externos

CHICO OTAVIO

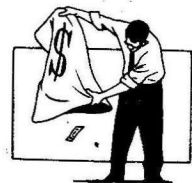
RIO — Em clima tenso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o governador do Rio, Marcello Alencar (PSDB), assinaram ontem o protocolo do acordo de refinanciamento da dívida estadual. Alencar aproveitou seu discurso, na solenidade realizada no Palácio Guanabara (sede do governo estadual), para fazer um desafo público contra a equipe econômica do governo federal, que se negou a incluir no acordo o aval da União para a concessão de empréstimos externos para investimentos nos setores sociais do Estado.

Retiramos da minuta a questão que eu fazia tanta fé", queixou-se o governador. Ele negocia um total de R\$ 570 milhões em empréstimos externos — R\$ 180 milhões do Banco Interamericano para o programa Baixada Viva, que prevê obras de água e esgotos na Baixada Fluminense, e mais R\$ 360 milhões do Banco Mundial para a segunda etapa do Programa Estadual de Transportes (PET 2), que vai recuperar os trens urbanos do Estado.

natural do interior do Rio, o governador disse que o ministro da Fazenda terá de provar que seu coração "bate aqui, no Rio, porque até agora bateu todo dividido entre as unidades federativas".

Convicção — Constrangido, o ministro iniciou seu discurso com uma resposta às queixas de Alencar. "A assinatura desse protocolo tem um significado especial porque é aqui que bate o meu coração", garantiu. Segundo o ministro, o governo federal está "convicto" de que o acerto fechado com o governo fluminense representa a continuidade no processo de ajuste financeiro iniciado em 1993. Malan garantiu que o governador terá o aval da equipe econômica para buscar recursos externos desde que cumpra à risca o que foi acertado ontem. "Na medida em que o protocolo seja cumprido, concederemos o aval", disse Malan.

O Rio foi o quarto Estado a renegociar a dívida com a União, a exemplo do que já ocorreu com Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. O Estado deve R\$ 11,6 bilhões. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, explicou que o governo estadual terá 30 anos para a quitação da dívida, corrigidas pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais 7,5% de juros mensais. Essa taxa foi mais al-



ESTADO VAI PAGAR TAXA DE JUROS MAIS ALTA



O governador e o ministro: permissão para buscar recurso externo condicionada a cumprimento do acordo

ta do que os demais Estados, que vão pagar juros de 6%, porque o governo federal não aceitou os ativos oferecidos para saldar 20% de pagamento à vista.

"Tão logo o governo do Rio consiga os ativos, terá direito às mesmas condições", prometeu Parente. Segundo ele, o documento assinado ontem é um protocolo porque o acordo definitivo ainda dependerá da aprovação da Assembléia Legislativa e do Senado. Alencar fez ontem a convocação extraordinária dos deputados federais para aprovar o projeto de refinanciamento. O governador do Rio garantiu que o Senado, mesmo em convocação extraordiná-

ria, aprovará o projeto na próxima semana.

O protocolo prevê, ainda, o comprometimento gradual da receita líquida do Estado com o pagamento da dívida. Parente explicou que a parcela este ano será de 11,5% e vai chegar até 13% no ano 2000. Como o porcentual da receita comprometivo com a folha de pagamento oscila em torno de 80%, o Estado ficará praticamente sem recursos para investimentos. Isso explica o interesse de Alencar em obter o aval da União para buscar dinheiro no exterior.

Empréstimo — O secretário estadual de Planejamento, Marco Auré-

lio Alencar, vai viajar para Washington, em fevereiro, para negociar a liberação de um empréstimo do Banco Mundial, no valor de US\$ 300 milhões, para o Programa de Reforma do Estado. Segundo ele, o dinheiro deve chegar ao Rio neste semestre.

Marco Aurélio procurou diminuir as reações negativas das autoridades estaduais às condições impostas pela equipe econômica para a assinatura do protocolo. Segundo ele, o governo federal não quis incluir no documento um aval para a concessão de empréstimos externos para não abrir precedentes.

■ Colaborou Irany Tereza